



INFORMAÇÃO SECTORIAL

Os baixos salários, aumento dos preços de bens essenciais, os lucros dos patrões, A narrativa da crise e a luta necessária para a valorização do trabalho e das profissões e a dignificação dos trabalhadores!

Os salários da maioria dos trabalhadores não garantem condições de vida dignas e a situação continuou a agravar-se nos últimos anos. É urgente lutar pela dignificação do trabalho e valorização dos trabalhadores.

Segundo o INE os preços dos bens essenciais entre 2019 e 2025 aumentaram mais do que os salários da maioria dos trabalhadores dos nossos sectores: a carne aumentou 45%; e o peixe aumentou 29%. Só em 2025 a carne aumentou 7,2%; o peixe 5,9%; a carne de bovino 43%; o café, o chá e o cacau 9,4%; os serviços culturais 10,1%; as férias organizadas 14,3%.

A Associação de Defesa do Consumidor, DECO, informou que o seu cabaz alimentar, entre 2022 e 2025, viu os preços crescerem em 28,84%, aumento muito superior ao aumento dos salários no mesmo período.

Avaliando agora mais em pormenor o aumento dos preços por espécie, e segundo dados disponíveis, entre janeiro de 2023 e janeiro de 2026, registaram-se os seguintes aumentos: pão e cereais mais 31,5%; carnes mais 36%; peixe mais 26,2%; leite, queijos e ovos, mais 33,8%; produtos hortícolas mais 32,2%; frutas mais 24,4%; rendas de casa mais 33%.

Enquanto os preços dos bens essenciais aumentaram e os salários não melhoraram o poder de compra dos trabalhadores, os grupos económicos e financeiros foram recolhendo lucros elevados e usurários, os quais foram distribuídos por uma minoria à custa da exploração e do empobrecimento dos trabalhadores e suas famílias. Convém lembrar, que um rendimento mensal líquido de 723 euros coloca esse trabalhador no limiar de pobreza e que o salário Mínimo para 2026 de 920 euros dá ao trabalhador um rendimento líquido mensal de apenas 818,80 euros, (uma vez que desconta 11% para a Segurança Social), muito próximo do limiar de pobreza.

Nos nossos sectores ao longo dos anos a narrativa da crise vem, vai e volta, para justificar ou encobrir:

A má gestão do patronato;

O desvio de meios financeiros gerados nas empresas dos sectores para outras áreas de negócio ou fortunas pessoais;

A compra de bens de ostentação e novo riquismo por algum patronato;

O patronato parasita que utiliza o esquema sistemático de abrir e encerrar empresas várias vezes ao ano e ao longo dos anos, nas mesmas instalações e os mesmos trabalhadores, beneficiando dos apoios à contratação de trabalhadores e recurso à Lei OFF para pagar salários, de seguida solicita a insolvência e não paga as dívidas a credores, ao Estado e o FGS – Fundo de Garantia Salarial é chamado a pagar as indemnizações aos trabalhadores, em processos de insolvência sem conta, em completa impunidade;

A deslocalização da produção pelo patronato português para países exteriores à União Europeia, onde os trabalhadores são sujeitos a níveis de exploração superiores aos praticados em Portugal, deixando em Portugal um rasto de desemprego, créditos e indemnizações por pagar;

A inexistência de regras e de reciprocidade no comércio mundial, permitindo às grandes marcas, grupos de distribuição e retalho e cadeias de venda on line, acumular anualmente lucros fabulosos que deviam ser distribuídos pelos trabalhadores da cadeia produtiva.

A cadeia de valor dos diferentes produtos dos nossos sectores, (hoje incorporando inovação e uma maior diversificação nas matérias primas e suas aplicações, desde vestir e calçar, saúde e sua prevenção, segurança, desportos, construção, indústria automóvel, entre outras), é hoje tão valiosa que permite às grandes marcas, cadeias de distribuição e retalho estarem colocadas nas empresas de topo da União Europeia e mundiais, gerando lucros anuais elevados, em permanente crescimento, à custa da exploração e pobreza de milhões de trabalhadores. A narrativa mil vezes repetida de que os têxteis, vestuário e calçado são sectores tradicionais e que apenas sobrevivem nos países ditos mais pobres, não passa mesmo de uma velha história mal contada pelo patronato e seus arautos colocados nos órgãos do poder e na comunicação social. A questão que deve continuar a ser colocada é porque razão uma minoria continua a usufruir da esmagadora maioria das mais valias geradas nestes sectores enquanto a maioria, milhões de trabalhadores vivem no limiar da pobreza ou mesmo na pobreza absoluta. A resposta e o caminho para a questão é continuar a lutar por uma distribuição mais equitativa da riqueza produzida, dignificando o trabalho e valorizando as profissões dos actuais e futuros trabalhadores.

A fileira produtiva destes sectores de actividade gera riqueza mais do que suficiente para que os actuais e futuros trabalhadores e suas famílias tenham direito a uma vida digna e se inverta aquela velha, mas sábia frase, dos antigos e actuais trabalhadores, “não vou aconselhar aos meus filhos o emprego nestes sectores”. A continuação dos sectores no futuro necessita de jovens qualificados, mas, para tal, é necessário garantir-lhes as condições para uma vida digna e carreiras profissionais atractivas.

Só a unidade e a luta dos trabalhadores, em conjunto com os seus sindicatos permitirá salários mais dignos. Para 2026 reivindicamos um aumento salarial de 150 euros e uma actualização do valor do subsídio de refeição para um mínimo de 6 euros, excepto nos curtumes para um mínimo de 10 euros.